



VILAREALSTºANTONIO

1
A.S.

ATA N.º 5/2014

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
18 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2014, em Monte Gordo, no edifício sede da Freguesia de Monte Gordo, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Ana Teresa Roberto Palma Guerreiro, Chefe de Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, compareceram, pelas 09.00 horas, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, David Matias Murta, Célia Maria Marques da Rosa Paz e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES;
- CELEBRAÇÃO DE ACORDO COLETIVO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA RELATIVO À DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO DOS TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO;
- EMPREITADA - SISTEMA DE ADUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DE SANTA RITA E REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA COM ORIGEM NO RESERVATÓRIO DO POCINHO;
- EMPREITADA - SISTEMA DE ADUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- EMPREITADA - REDES DE SANEAMENTO AO LONGO DA FRENTE RIBEIRINHA DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- MINUTA DO PROTOCOLO NO ÂMBITO DO PLANO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF) – 2º E 3º CICLOS, DO ANO LETIVO DE 2013/2014;

4² Duf

- ATRIBUIÇÃO DE VERBAS, DE ACORDO COM O MAPA EM ANEXO, NO SENTIDO DE COBRIR AS DESPESAS RELATIVAS AOS ALUNOS CARENCIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR, DO ANO LETIVO 2013/2014;
- REVOGAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ANIMASHOW - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013 REFERENTE NA DESLOCAÇÃO DA COMPANHIA À UCRÂNIA;
- DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - RESP. CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS - DANOS PROVOCADOS POR BURACOS EXISTENTES NO PAVIMENTO, NA VIATURA MARCA SEAT IBIZA, COM A MATRÍCULA 00-69-XQ, PROPRIEDADE DE JAIME MIGUEL ROSA MONTEIRO;
- ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE DA LOJA N.º 37 DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO A FAVOR DA SOCIEDADE PANIFICADORA GONÇALVES, LDA.;
- PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, REFERENTE A IMÓVEL SITO NA CASA DA PALMEIRA, NORA, VILA NOVA DE CACELA - MARIA CELESTE FAÍSCA GIL;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE TIAGO JOÃO FÉLIX GONÇALVES;
- ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIÇÃO DE PEDIDO E EMISSÃO DE LICENÇA PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO - CLUBE DE TÊNIS DE MONTE GORDO;
- ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE PARECERES PARA LICENCIAMENTO E LICENCIAMENTO DE PROVAS OU MARCHAS DESPORTIVAS - ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO ALGARVE;
- RATIFICAÇÃO DO DEPACHO RELATIVO À ISENÇÃO DAS TAXAS DE APRECIÇÃO DOS PEDIDOS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E LICENCIAMENTO DE UMA "AULA DE ZUMBA", CDJMG - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA E JUVENIL DE MONTE GORDO;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Luis Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 14 de fevereiro de 2014, apresentando um saldo de 795.474,29 € (setecentos e noventa e cinco mil quatrocentos e setenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos).

5

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

- O Sr. Vereador José Cruz referiu que na última reunião ficou de elaborar uma Moção sobre a preocupação pelo facto de estar previsto que as competências dos Portos do Algarve passarem a ser coordenadas a partir do Porto de Sines. Face a uma resolução do Conselho de Ministros informou que na próxima reunião seria apresentada.

- A Sra. Vereadora Célia Paz informou que na semana anterior realizou-se uma reunião de Assembleia de pais e encarregados de educação na escola de monte Gordo, onde foi “levantado” o problema da dificuldade que os pais têm de parar junto á escola para deixar os filhos, isto por não haver um espaço de paragem para tal, além de que é uma zona de grande circulação de trânsito e logo representa um certo perigo para as crianças, nesse sentido apresentou uma proposta (sendo que a mesma foi proposta e aceite pelos pais em reunião de Assembleia Geral de Pais) para criação de um local de paragem junto à escola, (seria no parque de estacionamento da escola retirar 3 lugares e aí criar-se o espaço de paragem). Informou ainda que mais uma vez os pais e encarregados de educação levantaram o Problema da Esplanada do restaurante migalhas.

- O Sr. Vereador David Murta propôs que o conteúdo da Moção aprovada sobre a Escola Secundária deveria ser alterado face aos últimos acontecimentos.

Questionou sobre:

- Uma eventual proposta de intervenção em conjunto com a Câmara Municipal de Castro Marim para requalificar a Praia do Adão e Eva;

- Se existe alguma proposta de intervenção prevista para a «Praia do Coelho»;

4
aud.

- Em virtude da existência de diversos pombais na zona poente de Monte Gordo, se está prevista, à semelhança do que foi feito em VRSA, a construção de uma aldeia para pombais;
- Qual a estratégia do Município face ao próximo Quadro Comunitário;
- E como está a decorrer o processo de entrega dos 45 fogos de habitação social.”

Relativamente às questões expostas pelo Sr. Vereador referiu que a Praia do Adão e Eva está no Concelho de Castro Marim e que a estrada que pertence ao Concelho de Vila Real de Santo António foi pavimentada. Informou que a situação dos pombais não é da responsabilidade da Câmara Municipal e que a entrega dos 40 fogos de habitação social está a ser efetuada normalmente.

Sobre os requerimentos dos Srs. Vereadores do Partido Socialista o Sr. Presidente deu conhecimento do Relatório Técnico das empreitadas de construção de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, documento que fica apenso à ata.

- Quanto à veracidade de penhoras das contas bancárias da Câmara Municipal o Sr. Presidente referiu que as penhoras são levantadas por fornecedores que estão incluídos no PAEL mas que, mesmo assim, preferem optar por essa via. Informou ainda que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé tem dado razão ao Município nos processos de cobrança de dívida, devendo os fornecedores aguardar pelo PAEL.
- Parque de Estacionamento na Avenida Ministro Duarte Pacheco (antigo Hospital), vai ser retirada a concessão à empresa que ganhou o concurso dos parques de estacionamento, apesar do parque referido ser um negócio privado entre essa empresa e o dono do terreno.



DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste órgão, a Câmara deliberou:

Por unanimidade, aprovar a Ata nº. 27 da reunião ordinária realizada em 17 de dezembro de 2013;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 1 da reunião ordinária realizada em 7 de janeiro de 2014;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e da Sra. Vereadora Célia Paz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 2 da reunião ordinária realizada em 21 de janeiro de 2014;

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Célia Paz, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 3 da reunião extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2014;

6
Ped.

**CELEBRAÇÃO DE ACORDO COLETIVO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA
RELATIVO À DURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO DOS
TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.**

- O Sr. Vereador David Murta, questionou se a proposta está conforme a legislação.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a proposta de acordo coletivo de entidade empregadora pública a celebrar com os sindicatos relativa à duração e organização do tempo de trabalho dos trabalhadores em funções públicas do Município e celebrar o referido acordo coletivo com os sindicatos representados no Município, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

**EMPREITADA - SISTEMA DE ADUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DE SANTA RITA E
REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA COM ORIGEM
NO RESERVATÓRIO DO POCINHO.**

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a declaração prévia que se transcreve:

“O meu voto será favorável nestes processos, para que não se desaproveitem fundos comunitários.”

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page. The signature appears to be 'A. S. S.' and the initials are 'P. S.'.

Pelos Srs. Vereadores da Bancada do PS foi dito que entendem e compreendem a importância das três obras, mas levantaram várias questões sobre as empreitadas em questão: Que tipo de obras se está a falar? Em que consistem os trabalhos a realizar? São obras novas, são remodelações, que depósitos e qual a sua capacidade, em que locais, quantas condutas, quantos ramais, qual a área de extensão das obras, e se existem estudos para as obras em questão. Tendo mencionado, que nunca neste mandato, foram informados sobre a execução destas empreitadas, e pelo que vêm os contratos já foram realizados neste mandato, e que pelo menos que se anexasse às propostas, os relatórios finais para conhecerem os termos de adjudicação, designadamente do porquê desta empresa e do porquê destes valores.

Foi ainda questionado, sobre como é que se pode votar propostas deste tipo, sem sequer se conhecer o plano de atividades e orçamento da SGU, EM. Informação que já solicitam por requerimento no dia 07 de Janeiro e que passado mais de um mês ainda não obtiveram resposta.

Mencionaram ainda, que as propostas deviam vir acompanhadas de um parecer técnico, tendo dito que por uma centena de euros (casos da proposta 9 e 12) tinha-se uma série de pareceres e despachos, e que por 2.200, 2.389 e 1.657 milhões, temos uns meros ofícios da SGU, EM, onde num deles ainda se refere “ser passível de dúvidas” e “que se está em crer”. Por fim, foi questionado como vai a SGU, EM, financiar a parte dos capitais próprios das empreitadas, se existe receita garantida para tal. E congratulam-se que passados 9 anos se resolvam em fazer estas obras.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a declaração de suficiência de saldos de execução orçamental relativa à empreitada, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

8
aut.

EMPREITADA - SISTEMA DE ADUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a declaração prévia que se transcreve:

“O meu voto será favorável nestes processos, para que não se desaproveitem fundos comunitários.”

Pelos Srs. Vereadores da Bancada do PS foi dito que entendem e compreendem a importância das três obras, mas levantaram várias questões sobre as empreitadas em questão: Que tipo de obras se está a falar? Em que consistem os trabalhos a realizar? São obras novas, são remodelações, que depósitos e qual a sua capacidade, em que locais, quantas condutas, quantos ramais, qual a área de extensão das obras, e se existem estudos para as obras em questão. Tendo mencionado, que nunca neste mandato, foram informados sobre a execução destas empreitadas, e pelo que vêm os contratos já foram realizados neste mandato, e que pelo menos que se anexasse às propostas, os relatórios finais para conhecerem os termos de adjudicação, designadamente do porquê desta empresa e do porquê destes valores.

Foi ainda questionado, sobre como é que se pode votar propostas deste tipo, sem sequer se conhecer o plano de atividades e orçamento da SGU, EM. Informação que já solicitam por requerimento no dia 07 de Janeiro e que passado mais de um mês ainda não obtiveram resposta.

9
ad.

Mencionaram ainda, que as propostas deviam vir acompanhadas de um parecer técnico, tendo dito que por uma centena de euros (casos da proposta 9 e 12) tinha-se uma série de pareceres e despachos, e que por 2.200, 2.389 e 1.657 milhões, temos uns meros ofícios da SGU, EM, onde num deles ainda se refere “ser passível de dúvidas” e “que se está em crer”. Por fim, foi questionado como vai a SGU, EM, financiar a parte dos capitais próprios das empreitadas, se existe receita garantida para tal. E congratulam-se que passados 9 anos se resolvam em fazer estas obras.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a declaração de suficiência de saldos de execução orçamental relativa à empreitada, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

EMPREITADA - REDES DE SANEAMENTO AO LONGO DA FRENTE RIBEIRINHA DA CIDADE DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a declaração prévia que se transcreve:

“O meu voto será favorável nestes processos, para que não se desaproveitem fundos comunitários.”

10
ped.

Pelos Srs. Vereadores da Bancada do PS foi dito que entendem e compreendem a importância das três obras, mas levantaram várias questões sobre as empreitadas em questão: Que tipo de obras se está a falar? Em que consistem os trabalhos a realizar? São obras novas, são remodelações, que depósitos e qual a sua capacidade, em que locais, quantas condutas, quantos ramais, qual a área de extensão das obras, e se existem estudos para as obras em questão. Tendo mencionado, que nunca neste mandato, foram informados sobre a execução destas empreitadas, e pelo que vêm os contratos já foram realizados neste mandato, e que pelo menos que se anexasse às propostas, os relatórios finais para conhecerem os termos de adjudicação, designadamente do porquê desta empresa e do porquê destes valores.

Foi ainda questionado, sobre como é que se pode votar propostas deste tipo, sem sequer se conhecer o plano de atividades e orçamento da SGU, EM. Informação que já solicitam por requerimento no dia 07 de Janeiro e que passado mais de um mês ainda não obtiveram resposta.

Mencionaram ainda, que as propostas deviam vir acompanhadas de um parecer técnico, tendo dito que por uma centena de euros (casos da proposta 9 e 12) tinha-se uma série de pareceres e despachos, e que por 2.200, 2.389 e 1.657 milhões, temos uns meros ofícios da SGU, EM, onde num deles ainda se refere “ser passível de dúvidas” e “que se está em crer”. Por fim, foi questionado como vai a SGU, EM, financiar a parte dos capitais próprios das empreitadas, se existe receita garantida para tal. E congratulam-se que passados 9 anos se resolvam em fazer estas obras.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a declaração de suficiência de saldos de execução orçamental relativa à empreitada, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.



MINUTA DO PROTOCOLO NO ÂMBITO DO PLANO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF) – 2º E 3º CICLOS, DO ANO LETIVO DE 2013/2014.

- O Sr. Vereador David Murta, questionou sobre que tipo de formação prática irá o aluno realizar, e desejou que o estágio decorra bem.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta do Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, o Agrupamento de Escolas D. José I, o aluno Dragos Serban e a Encarregada de Educação, Sra. Ionelia Serban, no âmbito do Plano Integrado de Educação e Formação (PIEF) – 2º e 3º ciclos, do ano letivo de 2013/2014, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ATRIBUIÇÃO DE VERBAS, DE ACORDO COM O MAPA EM ANEXO, NO SENTIDO DE COBRIR AS DESPESAS RELATIVAS AOS ALUNOS CARENCIADOS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE COMPLEMENTO CURRICULAR, DO ANO LETIVO 2013/2014.

- O Sr. Vereador David Murta, fez uma menção ao quadro anexo à referindo que as propostas começam a surgir melhor instruídas, o que é benéfico para a sua análise.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a atribuição de verbas aos Agrupamentos de Escolas D. José I e de Vila Real de Santo António, no sentido de cobrir as despesas relativas aos alunos carenciados no âmbito das atividades de complemento curricular do ano letivo 2013/2014, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

12
PUS.

REVOGAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ANIMASHOW - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013 REFERENTE NA DESLOCAÇÃO DA COMPANHIA À UCRÂNIA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogado o acordo de cooperação celebrado entre o Município e a Animashow – Associação Cultural e Recreativa, destinado à deslocação da Companhia de Dança Splash à Ucrânia, entre os dias 10 e 17 de Maio de 2014 e aprovar o novo acordo de cooperação com a Animashow - Associação Cultural e Recreativa, referente à deslocação da companhia ao Porto de 25 a 28 de Abril, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser Submeter a aprovação da assembleia municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área total de 66,6m², cujas confrontações são a norte, sul e poente domínio público municipal e a nascente domínio público municipal e Rua da Casa da Audiência, destinada a implementação da estação elevatória das Casas da Audiência, de acordo com as plantas anexas, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

13
Aut.

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – RESP. CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO E DEMAIS ENTIDADES PÚBLICAS – DANOS PROVOCADOS POR BURACOS EXISTENTES NO PAVIMENTO, NA VIATURA MARCA SEAT IBIZA, COM A MATRÍCULA 00-69-XQ, PROPRIEDADE DE JAIME MIGUEL ROSA MONTEIRO.

- O Sr. Vereador David Murta questionou se o local do acidente já foi arranjado.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o pagamento a Jaime Miguel Rosa Monteiro, da indemnização reclamada, no valor de € 154,92 (cento e cinquenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos) com IVA incluído, tendo em conta e responsabilidade da Câmara Municipal, nos prejuízos causados, em matéria de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, com fundamento no teor da informação da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

14
A. G.

ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE DA LOJA N.º 37 DO MERCADO MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO A FAVOR DA SOCIEDADE PANIFICADORA GONÇALVES, LDA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizada a transferência da titularidade do Direito de Ocupação da Loja n.º 37 do Mercado Municipal de Vila Real de Santo António, da Sociedade Luís Camarada & Rodrigues, Lda. para a **Sociedade Panificadora Gonçalves, Lda.**, em virtude da dissolução da primeira, condicionada ao pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Município, de acordo com o artigo 11.º n.º 3 do Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Vila Real de Santo António, assim como, ao averbamento da titularidade da licença de utilização em nome da sociedade requerente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, REFERENTE A IMÓVEL SITO NA CASA DA PALMEIRA, NORA, VILA NOVA DE CACELA - MARIA CELESTE FAÍSCA GIL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido ser emitido o parecer favorável ao pedido da constituição de compropriedade em comum e partes iguais do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o nº748/19880824, inscrito na matriz predial rústica nº24 e Secção AJ, sito na Casa da Palmeira, freguesia de Vila Nova de Cacela e concelho de Vila Real de Santo António, com área de 26.440 m², na proporção de 1/2 a favor de Maria do Rosário Madeira Gil Rosa e 1/2 a favor de Jorge Humberto Madeira Gil, com fundamento no teor da Informação da Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

15
Aut.

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE TIAGO JOÃO FÉLIX GONÇALVES.

- O Sr. Vereador David Murta questionou se o local do acidente já foi alvo de alguma intervenção.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado o pagamento do pedido de indemnização apresentado por Tiago João Félix Gonçalves, no valor da fatura de reparação n.º 877/2013, emitida por DIRESCAPE – Reparação de Automóveis, Lda., no valor de € 110,70 (cento e dez euros e setenta cêntimos), com fundamento no teor da informação da Divisão de Assuntos Jurídicos e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

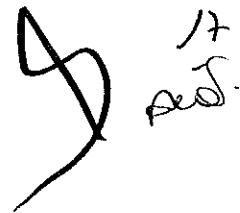
16
Acol.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À APRECIÇÃO DE PEDIDO E EMISSÃO DE LICENÇA PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO - CLUBE DE TÊNIS DE MONTE GORDO.

- O Sr. Vereador David Murta questionou se o Clube de Ténis de Monte Gordo tinha alguma atividade relevante, se entregava os relatórios da sua atividade e referiu que o espaço devia ter muito mais dinâmica desportiva.

- A Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita informou que o Clube de Ténis não tinha uma atividade relevante.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado o pedido de isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licenciamento, bem como, em futuras realizações, considerando a natureza da instituição em causa e o facto de ser uma associação sem fins lucrativos, nos termos do disposto no ponto 3 do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

ISENÇÃO DE TAXAS RESPEITANTE À APRECIÇÃO DO PEDIDO E EMISSÃO DE PARECERES PARA LICENCIAMENTO E LICENCIAMENTO DE PROVAS OU MARCHAS DESPORTIVAS – ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO ALGARVE;

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de parecer, bem como a isenção, em futuros pedidos, das taxas, desde que o objeto da licença seja, da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

RATIFICAÇÃO DO DEPACHO RELATIVO À ISENÇÃO DAS TAXAS DE APRECIÇÃO DOS PEDIDOS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E LICENCIAMENTO DE UMA “AULA DE ZUMBA”, CDJMG – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA E JUVENIL DE MONTE GORDO;

- A Sra. Vereadora Célia Paz questionou o porquê da sede da Associação ser na Casa do Avô de Monte Gordo. E qual o motivo por que faz o atendimento na antiga casa do Guarda Mato.

- A Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita informou que foi cedido à Associação um pequeno espaço na Casa do Avô a pedido destes.

18
205

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser ratificado o seu despacho, referente à isenção das taxas respeitantes à apreciação dos pedidos e emissão das licenças de espetáculo e especial de ruído, bem como a isenção em futuros pedidos, das taxas, desde que o objeto da licença seja, da mesma natureza e solicitado pela referida Associação, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10 horas.

E eu, André Almeida, Chefe de Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, a redigi, subscrevo e assino.

h. h.

André Almeida